



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

RELATÓRIO DE DESEMPENHO
DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
2016

Maceió
Fevereiro de 2017



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS**

Relatório de desempenho do Plano de Logística Sustentável do TRE/AL 2016

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Resolução CNJ nº 201/2015, DJE de 09/03/2015.

Resolução TSE nº 23.474/2016

Portaria da Presidência nº 626/2015, DEJEAL de 17/12/2015.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	04
2. CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2016.....	05
3. EVOLUÇÃO DO DESEMPENHO DOS INDICADORES.....	09
4. IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS EM 2017.....	16
5. CONCLUSÃO.....	17

1 INTRODUÇÃO

Em atendimento às determinações contidas no § 1º do art. 23 da Resolução CNJ nº 201/2015, do Acompanhamento de Cumprimento de Decisão – 0005176-96.2014.2.00.0000, bem como ao que disposto no art. 23 da Resolução TSE nº 23.474/2016, esta Comissão encaminha relatório do desempenho do Plano de Logística Sustentável do TRE/AL em 2016.

Impende-se ressaltar que no ano de 2015, com o objetivo de cumprir com os dispositivos normativos de regência, foi instituído o Núcleo Socioambiental do TRE-AL, através da Portaria da Presidência nº 411, de 12 de agosto, com foco no planejamento, implementação, monitoramento de metas anuais e avaliação de indicadores de desempenho.

O referido Núcleo Socioambiental possui, também, a tarefa de estimular a reflexão e a mudança dos padrões de compra, consumo e gestão documental do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, bem como do seu corpo funcional e da força de trabalho auxiliar, competindo-lhe fomentar ações que estimulem o aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público, o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos, a sensibilização e capacitação do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e de outras partes interessadas e a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Em seguida, deu-se a constituição da Comissão Gestora do PLS do TRE/AL, através da Portaria nº 430 de 21 de agosto de 2015, DJE de 24/08/2015.

A Comissão apresentou à Alta Administração o Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (PLS-TRE-AL).

O PLS do TRE/AL foi instituído pela Portaria nº 626/2015, DJEAL de 17/12/2015.

Ressalte-se, por oportuno, que em razão dos requisitos estabelecidos pela Resolução CNJ nº 201/2015, que traçou um novo formato de Plano de Logística Sustentável e um novo conjunto de indicadores mínimos, a efetivação do PLS tem representado um expressivo trabalho para algumas unidades do TRE/AL, as quais, inclusive, ressentem de uma estrutura de pessoal ajustada às variadas novas demandas que tem surgido.

2. CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2016

O ano de 2016 coincidiu com o momento inicial da vigência do PLS do TRE/AL, caracterizando-se como período de elaboração e de levantamento do histórico dos indicadores, visando a fixação das ações e metas para os anos seguintes. Deve-se considerar que as ações são priorizadas de acordo com os prazos estabelecidos no PLS.

Assim, tendo como referência os oito temas estabelecidos no PLS, foram elaborados 22 (vinte e dois) planos de ação, cujos acompanhamentos são a seguir resumidos:

1. TEMA I: USO EFICIENTE DE INSUMOS E MATERIAIS. Item: Consumo de papel: Objetivo: Reduzir a quantidade de papéis impressos no Tribunal (Secretaria e Cartórios Eleitorais).

Das quatro ações constantes no PLS, três estavam previstas para efetivação em 2016. O TRE/AL implementou todas as três ações previstas para 2016. As ações continuadas de sensibilização quanto ao consumo consciente de papel ficaram a cargo do Núcleo Socioambiental.

A meta consistiu em reduzir, em 20% o consumo anual de resmas de papel, até 2021, tendo como referência o histórico de consumo do ano de 2015. A meta estipulada será alcançada, sendo que em 2016 já há significativa queda no consumo de papel. É necessário frizar que, no âmbito da justiça eleitoral, as comparações quanto ao consumo de insumos e materiais devem ser feitas entre anos eleitorais e não eleitorais. Embora ainda tenha ocorrido consumo razoável de papel em 2016, deve-se levar em consideração que houve Eleições Municipais no referido período, o que representa elevação substancial nos gastos desta especializada com os citados materiais.

Por outro lado, em 2016 não se vislumbrou decréscimo significativo do consumo de papel, tendo em vista que a implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI no âmbito do 1º grau somente se verificou após o período eleitoral.

Porém, não há previsão de compra de papel para o ano de 2017, devendo o consumo ser suportado pela estoque existente. Muito da significativa previsão de redução de consumo de papel deve-se ao fato de que em 2016, mais especificamente no último bimestre, o Tribunal tornou obrigatória a tramitação virtual

de processos administrativos no 1º grau, fato que já ocorria no 2º grau de jurisdição. De mais a mais, no primeiro semestre de 2017, também haverá o início da implantação do PJe (processo judicial eletrônico), ação capitaneada pelo Tribunal Superior Eleitoral.

2. TEMA I: USO EFICIENTE DE INSUMOS E MATERIAIS. Item: Consumo de copos descartáveis. Objetivo: Redução do consumo anual de copos descartáveis.

Foi efetivada a ação prevista para 2016, consistente na realização de campanhas de sensibilização com o objetivo de incentivar os servidores a reduzirem o consumo de copos descartáveis.

Meta: Reduzir em 2% o consumo anual de copos descartáveis, tendo como referência o histórico de consumo do ano de 2015. Há que se ressaltar o fato de que 2016 foi ano eleitoral, ao contrário de 2015, sendo que a demanda de atendimento a clientes externos é extremamente elevada, provocando maior consumo de materiais desta natureza. Não por outra razão a verificação do alcance da meta há que ser feito levando-se em consideração o histórico de consumo de anos eleitorais e não eleitorais.

Faz-se mister pontuar que, por iniciativa do Núcleo Socioambiental, tramita atualmente neste Regional procedimento para fins de aquisição de canecas para substituição dos copos descartáveis.

3. TEMA I: USO EFICIENTE DE INSUMOS E MATERIAIS. Item: Cartuchos para impressão. Objetivo: Redução do consumo de cartucho para impressão. O TRE/AL implementou a ação constante no PLS prevista para efetivação em 2016.

A meta consistia em reduzir em 2% o consumo anual de cartuchos de impressão a partir de 2016, tendo como referência o histórico de consumo do ano de 2015. A meta foi ultrapassada, haja vista a implantação do SEI (sistema eletrônico de informações) estabelecido para tramitação virtual dos processos administrativos.

4. TEMA II: EFICIÊNCIA DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA. Objetivo: Aumentar a eficiência do consumo de energia elétrica promovendo a redução efetiva do consumo (em kW/h). As três ações estabelecidas para serem executadas a partir de 2016, foram priorizadas e encontram-se em execução no momento, quais sejam: utilização, sempre que possível, de sensores de presença

em locais de trânsito de pessoas; substituição paulatina, sempre que possível, de lâmpadas com maior eficiência energética e realização de campanhas de sensibilização e consumo consciente quanto ao uso de energia elétrica.

5. TEMA III: ÁGUA E ESGOTO. Objetivo: Redução do consumo de serviço de água e esgoto. As duas ações estão em execução: adotar medidas para evitar o desperdício de água e realizar campanhas de sensibilização e consumo consciente quanto ao uso da água.

A meta estabelecida (redução do consumo de serviço de água e esgoto em 2% em comparação a 2015) foi ultrapassada, perfazendo mais de 15% de redução no consumo de água e esgoto.

6. TEMA IV: COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS. O TRE/AL, através do Núcleo Socioambiental, realiza campanhas de informação e sensibilização dos usuários do Tribunal acerca dos tipos de resíduos e formas corretas de descarte, coleta e destinação final.

Registra-se, por oportuno, que tendo em vista a meta estabelecida, consistente em viabilizar a coleta e o descarte adequados dos resíduos sólidos, o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas efetua, através de política de desfazimento de bens, a destinação de materiais de informática que ainda podem ser aproveitadas para outros destinatários. De mais a mais, baterias de urnas eletrônicas e baterias de no-breaks são armazenadas e aguardam o recolhimento periódico, realizado pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Em média são descartados desta última forma 2.400 Kg (dois mil e quatrocentos quilogramas) de material de informática por ano.

7. TEMA V: QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO. Objetivo: Promover continuamente o bem-estar organizacional por meio do aprimoramento das condições de trabalho.

O Tribunal, apesar das restrições orçamentárias dos últimos exercícios, está implantando modelo de gestão de pessoas baseado em competências, envolvendo atualização da descrição de cargos, mapeamento e avaliação, de forma a melhor adequar a lotação dos servidores com as suas competências, promovendo maior bem estar no trabalho. O referido projeto está sendo executado através de empresa especializada contratada com esse objetivo, estando em execução desde 2016.

Por outro lado, a equipe responsável pelo programa mais qualidade de vida, instituída pela Portaria da Presidência nº 746, de 26 de setembro de 2014, anualmente cumpre com o desenvolvimento das ações previstas, objetivando a promoção de um ambiente físico de trabalho seguro e saudável, incluindo a viabilização de palestras relacionadas à sustentabilidade, saúde física, mental e espiritual, além de integração e conhecimento, cumprindo com a meta estabelecida para o referido plano de ação. Cabe ressaltar que, no ano de 2016, houve significativo aumento da participação em ações decorrentes do programa mais qualidade de vida.

8. TEMA VI: DIVULGAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO.

Objetivo: Divulgar o Plano de Logística Sustentável, sensibilizar e capacitar Magistrados e servidores em assuntos relacionados à sustentabilidade.

Metas: Implementar medidas anuais de divulgação, sensibilização e capacitação voltadas às práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente.

O Tribunal promoveu no último ano ações de capacitação em temas ligados à sustentabilidade, com organização e oferta de palestras de cursos de capacitação para magistrados e servidores direcionados para sustentabilidade, racionalização e consumo consciente. Por outro lado, o Núcleo Socioambiental desenvolve campanhas de conscientização para redução de consumo de papel, toner e cartucho, energia elétrica, água, telefonia, copos descartáveis e uso dos veículos, coleta seletiva e qualidade de vida no trabalho.

9. TEMA VII: DESLOCAMENTO DE PESSOAL. Objetivo: Promover a racionalização no uso do transporte e a redução da emissão de poluentes.

O TRE/AL possuiu normativo interno para definição de procedimentos para uso da frota de veículos.

Meta: Reduzir a quantidade de quilômetros rodados com transporte de servidores em 2%, tomando-se como parâmetro os anos eleitorais e não eleitorais próximos passados.

Impende-se ressaltar que, levando-se em consideração o fato de que o ano em que o Plano de Logística Sustentável deste Regional foi implantado (2016), coincidiu com ano eleitoral, a comparação para fins de verificação do presente indicador somente ocorrerá em 2018, conforme estabelecido na descrição da meta.

Porém, é possível perceber uma racionalização no que diz respeito ao deslocamento de pessoal deste Regional, porquanto se no ano de 2015 (ano não eleitoral) foram percorridos 344.117 Km (trezentos e quarenta e quatro mil, cento e dezessete quilômetros), no ano de 2016 (ano eleitoral) os veículos do Tribunal percorreram 352.484 km (trezentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e quatro quilômetros).

Impõem-se ressaltar, também, que os gastos com deslocamento de pessoal no âmbito da Justiça Eleitoral dependem muito das estratégias estabelecidas para as ações eleitorais, tais como distribuição e recolhimento de urnas, dentre outras.

10. TEMA VIII: COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS.

Objetivo: Implementar práticas sustentáveis nas licitações de compras e contratações.

Meta: Garantir que as compras e contratações do Tribunal possuam cláusulas específicas sobre critérios de sustentabilidade e racionalização de serviço e materiais em conformidade com a Legislação de regência.

O Tribunal tem adotado medidas no sentido de estimular contratações sustentáveis, inclusive esta medida norteou os trabalhos da Comissão instituída para acompanhamento dos projetos da Nova Sede da Secretaria que será erguida com critérios sustentáveis (uso de energia solar, reutilização de água, etc.)

Por outro lado, está sendo elaborado novo normativo destinado a regulamentar, no âmbito interno, as contratações, sendo que no texto do referido normativo foram inseridos dispositivos contendo a obrigatoriedade de observação de critérios de sustentabilidade.

3. EVOLUÇÃO DO DESEMPENHO DOS INDICADORES AMBIENTAIS E ECONÔMICOS DO PLS DO TRE/AL

Cabe salientar que o Plano de Logística Sustentável do TRE/AL somente passou a vigor em janeiro de 2016. Ademais, não se pode olvidar, como já ressaltado anteriormente, que no âmbito da Justiça Eleitoral os números de bens, insumos e materiais de consumo possuem uma variação muito grande quando comparados os anos eleitorais e não eleitorais.

A seguir, promove-se uma análise sucinta dos dados socioambientais

mensurados no ano de 2016, bem como o comparativo com o ano de 2015.

I – Materiais de Consumo			
Papel			
Nome do Indicador/Índice	Descrição	Apuração	
		2015	2016
Consumo de papel branco próprio	Quantidade (resmas) de papel branco utilizadas	13	80
Gasto com aquisição de papel branco próprio	Valor (R\$) gasto com a compra de papel branco	143	915,12
Consumo de papel reciclado próprio	Quantidade (resmas) de papel reciclado utilizadas	2867	3.945
Gasto com aquisição de papel reciclado	Valor (R\$) gasto com a compra de papel reciclado	37.119,15	47.875,96
Consumo total de papel branco e reciclado	Quantidade total de resmas de papel branco e reciclado utilizadas	2.880	4.025
Copos Descartáveis e água engarrafada			
Nome do Indicador/Índice	Descrição	Apuração	
		2015	2016
Consumo de copos de 200ml descartáveis	Quantidade (centos) de copos de 200 ml	2574	3398
Gasto com aquisição de copos de 200 ml	Valor (R\$) gasto com a compra de copos de 200 ml	6.096,08	7.896,91
Consumo de copos de 50ml descartáveis	Quantidade (centos) de copos de 50 ml	368	623
Gasto com aquisição de copos de 50 ml	Valor (R\$) gasto com a compra de copos de 50 ml	413,68	662,68
Consumo de água envasada em embalagens plásticas (com e sem gás – explicitar o volume em ml ou litro)	Quantidade (unidades) de garrafas descartáveis consumidas	0	0
Consumo de garrafões de água de 20 litros	Consumo de garrafões de água de 20 litros	3012	3245
Gasto com aquisição de água envasada em embalagens plásticas (com e sem gás – explicitar o volume em ml ou litro)	Valor (R\$) gasto com a compra de garrafinhas plásticas (com e sem gás)	0	0
Gasto com aquisição de garrafões de 20 litros	Valor (R\$) gasto com a compra de garrafões 20 litros	9.018,21	13.763,75

II - Impressão de documentos e equipamentos instalados				
Nome do Indicador/Índice	Descrição	Apuração		
Impressões de documentos totais	Quantidade total de impressões	875.952	761.437	
Equipamentos instalados	Quantidade de equipamentos instalados por unidade de trabalho	374	475	
Performance dos equipamentos instalados	Quantidade de impressões em relação ao total de equipamentos instalados	875.952 / 374	761.437 / 475	
Gasto com aquisições de suprimentos	Valor (R\$) gasto com a compra de suprimentos	65.278,02	115.767,74	
Gasto com aquisição de impressoras	Valor gasto com a compra de equipamentos de impressão	78.720,00	93.000,00	
Gasto com contratos de outsourcing de impressão	Valor (R\$) gasto com o posto de impressão	86.555,04	83.057,04	

III - Energia Elétrica				
Nome do Indicador	Descrição	Apuração		
		2015	2016	
Consumo de energia elétrica	Quantidade de Kwh consumidos	1.192.196,90	Janeiro: 55.263,13KWh Fevereiro: 55.618,42 KWh Março: 58.215,20 KWh Abril: 54.698,70 KWh Maio: 55.680,69 KWh Junho: 47.107,89 KWh Julho: 48510 KWh Agosto: 38577KWh Setembro: 69454 KWh Outubro: 67452 KWh Novembro: 57473 Kwh Dezembro: 48202 Kwh	
Consumo de energia elétrica por área construída	Quantidade de Kwh consumidos/total da área construída	-	Janeiro a junho: 597.452 /18.016,98 agosto a dezembro:-	
Gasto com energia elétrica	Valor (R\$) da fatura	696.851,59	Janeiro: R\$ 58.865,61 Fevereiro: R\$ 59225,38 Março: R\$ 61985,85 Abril: R\$ 58308,49 Maio: R\$ 59281,08 Junho: R\$ 50207,13 Julho: R\$ 63.017,73 Agosto: R\$ 50.091,39 Setembro: R\$ 90.197,55 Outubro: R\$ 87.603,33 Novembro: R\$ 74.638,07 Dezembro: R\$ 62.606,77	
Gasto relativo com energia elétrica	Valor (R\$) da fatura/total área construída	-	Obs. A área contratada é 18.016,98	

IV - Água e esgoto			
Nome do Indicador	Descrição	Apuração	
		2015	2016
Volume de água consumido	Quantidade de m³ de água	21.439,25	Janeiro: 707 Fevereiro: 707 Março: 723 Abril: 781 Maio: 747 Junho: 712 Julho: 1246 Agosto: 869 Setembro: 759 Outubro: 837 Novembro: 816 Dezembro: 885
Volume de água por área construída	Quantidade de m³ de água/total área construída	-	Janeiro: 0,0392407607 Fevereiro: 0,0392407607 Março: 0,0401288118 Abril: 0,0433479973 Maio: 0,0414608886 Junho: 0,0395182766 Julho: 0,0685717053 Agosto: 0,0478240866 Setembro: 0,0417704048 Outubro: 0,0460630155 Novembro: 0,0449073126 Dezembro: 0,0487046222
Gasto com água	Valor (R\$) da fatura	158.198,11	Janeiro: R\$ 8.055,92 Fevereiro: R\$ 10.209,99 Março: R\$ 8.333,80 Abril: R\$ 10.711,61 Maio: R\$ 8.793,44 Junho: R\$ 8.837,30 Julho: R\$ 19.107,13 Agosto: R\$ 11.516,36 Setembro: R\$ 9.323,54 Outubro: R\$ 10.848,37 Novembro: R\$ 10.611,76 Dezembro: R\$ 12.193,00
Gasto com água por área construída	Valor (R\$) da fatura/área construída total		Janeiro: 0,45 Fevereiro: 0,57 Março: 0,46 Abril: - 0,59 Maio: - 0,49 Junho: - 0,49 Julho: 1,05 Agosto: 0,63 Setembro: 0,51 Outubro: 0,60 Novembro: 0,58 Dezembro: 0,67

V – Gestão de resíduos			
Nome do Indicador	Descrição	Apuração	
		2015	2016
Destinação de papel para reciclagem	-	Não mensurado	Não mensurado
Destinação de suprimentos de impressão para reciclagem	-	Não mensurado	Não mensurado
Destinação de plástico para reciclagem	-	Não mensurado	Não mensurado
Destinação de lâmpadas encaminhadas para descontaminação	-	Não mensurado	Não mensurado
Destinação de pilhas e baterias encaminhadas para descontaminação	-	Não mensurado	Não mensurado
Destinação de madeiras para reaproveitamento	-	Não mensurado	Não mensurado
Destinação de vidros para reciclagem	-	Não mensurado	Não mensurado
Destinação de metais para a reciclagem	-	Não mensurado	Não mensurado
Destinação de resíduos de saúde para descontaminação	-	Não mensurado	Não mensurado
Destinação de resíduos de obras à reciclagem	-	Não mensurado	Não mensurado
Destinação de resíduos de informática (fitas, cabos, mídias, dentre outros) à reciclagem	-	Não mensurado	Não mensurado
Total de material reciclável destinado às cooperativas	-	Não mensurado	Não mensurado

VI – Qualidade de vida no ambiente de trabalho			
Nome do Indicador	Descrição	Apuração	
		2015	2016
Participação dos servidores e/ou ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho	Quantidade de servidores que participaram de ações de qualidade de vida	200	378
Participação de servidores em ações solidárias (ex: inclusão digital, alfabetização, campanhas voluntárias)	Quantidade de servidores que participaram de ações solidárias	200	25
Ações de inclusão para servidores com deficiência	Quantidade de ações de inclusão	-	01

VII – Telefonia				
Nome do Indicador	Descrição	Apuração		
		2015	2016	
Gasto médio do contrato telefonia fixa	do Valor (R\$) da de fatura/quantidade e linhas	103.740,64/229	Janeiro - R\$ 7.211,45/229 Fevereiro - R\$ 9.257,70/229 Março - R\$ 9.170,57 /229 Abril - R\$ 8.850,28 /229 Maio - R\$ 8.235,65/229 Junho - R\$ 8.797,91 /229 Julho - R\$ 9.983,69 /229 Agosto - R\$ 11.537,55/229 Setembro - R\$ 22.361,87/229 Outubro - R\$ 24.916,78/229 Novembro - R\$ 1.384,86/229 Dezembro - R\$ 11.291,65/229	
Gasto médio do contrato telefonia móvel	do Valor (R\$) da de fatura/quantidade e de linhas	46.612,22/66	Janeiro- R\$ 322,45 /66 Fevereiro - R\$ 3.171,06/66 Março - R\$ 2.927,16/66 Abril - R\$ 3.086,77 /66 Maio - R\$ 3.271,39/66 Junho - R\$ 3.205,08/66 Julho - R\$ 3.283,14/66 Agosto - R\$ 3.447,99/66 Setembro - R\$ 3.578,63/66 Outubro - R\$ 3.762,70/66 Novembro - R\$ 3.506,49/66 Dezembro - R\$ 3.778,41/66	

VIII - Vigilância				
Nome do Indicador	Descrição	Apuração		
		2015	2016	
Valor inicial do posto	Valor total anual do contrato/quantidade de postos	1.962.776,62/25	2.347.586,00/25	

IX - Limpeza				
Nome do Indicador	Descrição	Apuração		
		2015	2016	
Gasto de limpeza pela área construída	Valor (R\$) anual do contrato/área construída	R\$382.976,03 / 9787m²	470.804,41 / 9787m²	
Gasto com material de limpeza	Valor (R\$) gasto com aquisição de material de limpeza	-	138.524,40	

X - Combustível			
Nome do Indicador	Descrição	Apuração	
		2015	2016
Consumo de gasolina da frota oficial de veículos	Quantidade de litros de gasolina consumidos	35.791,66	28.796,45
Consumo de diesel da frota oficial de veículos	Quantidade de litros de diesel consumidos	14.128,35	38.146,64

XI - Veículos			
Nome do Indicador	Descrição	Apuração	
		2015	2016
Veículos para transporte de servidores, tramitação de documentos e demais atividades funcionais	Quantidade de veículos utilizados no transporte de servidores, tramitação de documentos e demais atividades funcionais/total de servidores	20	20
Veículos para transporte de magistrados	Quantidade de veículos utilizados no transporte de magistrados /total de magistrados	2	3
Gasto com manutenção dos veículos da frota	Valor (R\$) da fatura do total de contratos de manutenção/ quantidade de veículos	102.845,67/22	78.467,35/23

XII - Layout			
Nome do Indicador	Descrição	Apuração	
		2015	2016
Valor gasto com reformas nas unidades	Valor gasto com reformas nas unidades no ano vigente/ Valor gasto com reformas no ano anterior	R\$ 129.450,08	R\$ 304.560,70

XIII – Capacitação de servidores em educação socioambiental			
Nome do Indicador	Descrição	Apuração	
		2015	2016
Sensibilização e capacitação do corpo funcional e força de trabalho auxiliar	Quantidade de ações de sensibilização e capacitação	0	4

4. IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS EM 2017

Para 2017 além das ações de periodicidade contínua, foram previstas as seguintes ações:

- Verificação da viabilidade da aquisição de copos descartáveis biodegradáveis;

- Efetivar estudos quanto a viabilidade de inserir nos termos de referência e projetos básicos itens que dê preferência para aquisição de copos produzidos com materiais que minimizem os impactos ambientais de seu descarte, produzir relatório e informar à Presidência e Direção-Geral;

- Continuidade das etapas do projeto de implantação de modelo de gestão de pessoas baseado em competências.

Ademais, impende-se ressaltar que o maior projeto estratégico que atualmente está sendo implementado pelo TRE/AL trata-se da construção da nova Sede do Tribunal, a ser construída em terreno próprio. Já foi realizado procedimento licitatório para a confecção do projeto da construção. O Tribunal efetuou a contratação de empresa especializada para desenvolvimento dos projetos básicos e executivos da Nova Sede do Tribunal, tendo como vencedora do certame licitatório (tomada de preço nº 01/2015), a empresa ENAR Engenharia e Arquitetura Ltda.

Após a formalização do contrato nº 29/2015, a empresa contratada apresentou o projeto arquitetônico, elaborado com respaldo nas métricas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ (Resolução nº 114/2010) e nas modernas práticas de sustentabilidade.

5. CONCLUSÃO

A implementação e o desenvolvimento das práticas de sustentabilidade buscam construir uma nova cultura institucional visando a inserção de critérios sustentáveis nas atividades realizadas pelo Tribunal, envolvendo suas diversas áreas e buscando a integração de todos.

Não se pode olvidar que a incorporação na cultura organizacional das práticas de sustentabilidade é um processo de construção progressiva, sendo que a avaliação periódica e o acompanhamento das ações e indicadores é essencial para a melhoria do desempenho institucional na temática socioambiental.

Esse acompanhamento mais amíúde encontra obstáculo na ausência por parte desta Especializada de uma unidade específica, nos moldes do TSE, dotada de corpo funcional próprio para avaliar e acompanhar o desenvolvimento das demandas socioambientais.

Com essas considerações, com as informações prestadas pelas unidades deste Tribunal (processo SEI nº 0000962-60.2016.6.02.8000) e com base no Plano de Logística Sustentável do TRE-AL, a teor do que dispõe a Resolução CNJ nº 201/2015, é o relatório.